

Resumos das Comunicações Livres de Contraceção – 2ª parte

COMUNICAÇÃO SELECIONADA PARA APRESENTAÇÃO NA SESSÃO 1

(20522) - PERCEÇÃO ACERCA DO SISTEMA INTRAUTERINO PRÉ E PÓS-COLOCAÇÃO – QUESTIONÁRIO PROSPETIVO

Andreia De Vasconcelos Gaspar (Portugal)¹; Isabel Santos Silva (Portugal)¹; Isabel Alves (Portugal)¹; Maria Do Céu Almeida (Portugal)¹

1 - *Maternidade Bissaya Barreto – CHUC*

Resumo

Introdução: Os sistemas intrauterinos são métodos contraceptivos de longa duração, eficazes e com alta taxa de satisfação entre as utilizadoras.

Objectivos: Avaliar o impacto do aconselhamento contraceptivo na consulta de Planeamento Familiar (PF) na percepção das mulheres acerca do método, antes e após colocação do mesmo.

Metodologia: Estudo prospetivo descritivo, efetuado através de questionário, a mulheres que realizaram consulta de Planeamento Familiar (PF), na Maternidade Bissaya Barreto, de 1 de Setembro de 2020 a 27 de agosto de 2021.

Resultados: Foram incluídas neste estudo 108 mulheres, com uma idade média de 33 anos. Os principais métodos contraceptivos utilizados previamente à consulta eram hormonais (62%) e de barreira (30%). O principal motivo na escolha do sistema intrauterino foi o aconselhamento efetuado pelo médico ou outro profissional de saúde (87%). A preocupação principal das mulheres relativamente a este método consistiu no processo de colocação (27%), sobretudo no que diz respeito à dor associada ao procedimento (50%). 79% das mulheres consideraram que foram totalmente esclarecidas previamente à colocação do dispositivo. Após a colocação a dor média foi 3,94 (DP = 2.273; Escala Visual Analógica), e verificou-se ser inferior à percepção das mulheres previamente à colocação. 73% considerou que o processo foi mais simples do que o expectável e 88% aconselhariam o método a outras mulheres. A totalidade das utentes referiu não ter faltado informação acerca das possíveis complicações ou efeitos adversos associados a este método contraceptivo.

Conclusões: Os resultados apresentados indicam que a escolha de sistemas de longa duração está sobretudo associada ao correto aconselhamento médico. A maioria das mulheres demonstrou estar esclarecida após a consulta de planeamento familiar, o que tornou o processo de colocação de sistema intrauterino mais fácil e menos doloroso do que era expectável.

Palavras-chave: contraceção, SIU, planeamento familiar

COMUNICAÇÃO SELECIONADA PARA APRESENTAÇÃO NA SESSÃO 3

(19508) - CONTRAPCEÇÃO DE EMERGÊNCIA APÓS ALEGADA AGRESSÃO SEXUAL

João Coimbra (Portugal)¹; Mariana Santos (Portugal)¹; Amália Pacheco (Portugal)¹; Vera Mourinha (Portugal)¹

1 - Centro Hospitalar Universitário de Faro

Resumo

Introdução: A contraceção de emergência (CE) é uma ferramenta fundamental na prevenção da gravidez indesejada após uma relação sexual não protegida (RSNP) ou não adequadamente protegida.

Objectivos: Avaliar o uso de CE nas situações de crime contra liberdade ou autodeterminação sexual na ausência de contraceção (agressão sexual).

Metodologia: Análise retrospectiva dos casos observados de alegada agressão sexual ao nível do serviço de urgência de ginecologia e obstetrícia do CHUA - Unidade de Faro entre os anos 2015 e 2020 a partir dos registos clínicos.

Resultados: Dos 53 casos de alegada agressão sexual, incluíram-se no estudo 50 casos observados em utentes em idade fértil com penetração vaginal peniana alegada ou desconhecida. Destes, em relação ao uso de contraceção no momento da alegada agressão (excluindo eventual uso de preservativo), 32 casos não indicaram uso de método contraceptivo eficaz. Se considerarmos como a indicação para a CE a existência de alegada agressão há <120 horas em mulher em idade fértil sem uso de método contraceptivo eficaz no momento da agressão, 30 casos teriam indicação para CE. Destes, apenas 53% fizeram CE. Dos 20 casos sem indicação para CE: 2 casos referiam agressão há >120 horas e 18 casos referiam uso de método contraceptivo eficaz no momento da agressão. Fizeram CE 0% e 27%, respectivamente. Parece ter-se verificado incumprimento da CE em 47% dos casos que teriam indicação. Isto traduz-se num risco de gravidez indesejada em 34% de todos os casos observados (incluindo os 2 casos com agressão há >120h e os 14 casos com indicação para CE que não foram tratados).

Conclusões: O uso de CE nos casos de agressão sexual não está ainda otimizado no serviço de urgência

Palavras-chave: contraceção emergência, agressão sexual